

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.889 - CE (2019/0203792-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : M M F X
ADVOGADOS : CARLOS OTÁVIO DE ARRUDA BEZERRA - CE005207
FRANCISCO ERIONALDO CRUZ - CE015205
ADRIANO PESSOA BEZERRA DE MENEZES - CE016755
ANA THEREZA GRAÇA MARCELO - CE019246
DENISE LAGE BEZERRA WEYNE - CE018934
LARISSA EVELYN PINHEIRO E SILVA E OUTRO(S) - CE031791
AGRAVADO : C H A M
ADVOGADO : DANIEL HOLANDA LEITE - CE013714

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por M M F X contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado:

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PARTILHA DE BENS. EX-CÔNJUGE DE HERDEIRA. COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. DIVIDENDOS DE AÇÕES. COMUNICABILIDADE NOS TERMOS DO ART. 1.660, V DO CÓDIGO CIVIL. RECURSO ADESIVO. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. ACOLHIMENTO.

- Deve ser reconhecido o direito à meação do bem imóvel ainda que adquirido com rendimentos (frutos) das ações recebidas por herança auferidos na vigência do casamento, nos termos do artigo 1.660, V do Código Civil.

- Inviável a aplicação do disposto no art. 86, parágrafo único, do CPC/15 quando não constatada a sucumbência mínima do pedido.

- Cabe ao Tribunal majorar os honorários advocatícios fixados na sentença, considerando o trabalho adicional desenvolvido pelo Advogado em grau recursal, conforme preconiza o art. 85, § 11 do CPC/15.

APELO IMPROVIDO. RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDO" (fl. 417 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a recorrente sustenta violação dos artigos 1.660, V, e 1.661 do Código Civil.

Menciona que

"(...) essa casa de praia foi adquirida pela autora/recorrente com dinheiro proveniente dos dividendos que ela recebeu na constância do casamento com o então marido, aqui, recorrido, porém sua aquisição aconteceu antes do casamento, porque proveio das ações da empresa Mercantil São José S/A., adquiridas por herança da autora/apelante, do espólio de seu falecido genitor, muito antes do casamento, conforme já dito" (fl. 455 e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Aduz, por fim, que o imóvel encontra-se fora da partilha de bens do casal.

Contrarrazões às fls. 464/471 e-STJ.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

A insurgência não merece prosperar.

No que concerne ao direito à meação, o Tribunal de origem, à luz da prova dos autos, concluiu que o imóvel deve entrar na partilha de bens, conforme se observa do trecho abaixo:

"(...)

Na hipótese, o imóvel de veraneio no Porto das Dunas, Aquiraz- CE, foi adquirido no ano de 1996.

A Autora e o Réu foram casados, sob o regime de comunhão parcial de bens, no período compreendido entre 30 de novembro de 1988 e 05 de dezembro de 2008.

Afirmou expressamente a Apelante que os dividendos das ações foram gerados nos anos de 1994 e 1995, ou seja, na constância da sociedade conjugal.

E à mercê desta questão, o STJ compreende que são sim partilháveis os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, onde se inclui os dividendos de ações (art. 1.660, V, Código Civil).

Assim, o decisum recorrido erigiu-se em harmonia com a Jurisprudência do STJ ao estabelecer que os frutos de bens próprios colhidos durante o casamento comunicam-se entre os conviventes.

Encontra-se categoricamente estampada na Jurisprudência daquele Sodalício que 'a divisão dos frutos (rendimentos das ações) entre os companheiros, em linha de princípio, está em harmonia com o art. 1.660, V, do Código Civil e a Jurisprudência do STJ'. Neste particular: AgRg na MC 24.337/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, j. 15/09/2015, DJe 28/09/2015.

No caso, o fato gerador dos dividendos ocorreu durante a vigência do vínculo conjugal, nos anos de 1994 e 1995, tornando-se, à mercê do influxo jurisprudencial, suscetíveis de partilha" (fls. 439/440 e-STJ).

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

A propósito:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO

Superior Tribunal de Justiça

ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. FAMÍLIA. DOAÇÃO. IMÓVEL. PARTILHA DE BENS. EXCLUSÃO DA MEAÇÃO. REVISÃO DE ALIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

- 1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.*
- 2. A tese defendida no recurso especial demanda reexame do contexto fático e probatório dos autos, vedado pela Súmula nº 7/STJ.*
- 3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1.421.430/RN, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 15/03/2017).*

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor dos bens objeto do litígio - fl. 314 e-STJ, os quais devem ser majorados para 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator